ANAIS

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

MORTE, HISTORIOGRAFIA E COMPLEXIDADE: um mapeamento das produções acadêmicas brasileiras

Augusto Bueno Rosin (UEM-G) [1]

Resumo: O presente texto busca apresentar os percursos, metodologias e resultados de uma pesquisa de iniciação científica que deteve, como objetivo geral, o estudo da morte sob a ótica da complexidade. Para tanto, foi elaborado, especificadamente, um mapeamento das produções historiográficas brasileiras sobre o tema da morte e seus elementos circundantes. Das 96 teses e dissertações identificadas, foi resultado, junto as leituras e discussões dos historiadores "clássicos" do mesmo recorte temático – como Airès (2017) e João José Reis (1991) –, a intensidades que estes trabalhos refletem as posturas teóricas e, fundamentalmente, a seleção do mesmo tipo de fontes históricas para os estudos. Além de, por meio das compreensões sobre a morte veiculadas por Edgar Morin (1997) e das considerações de Bastos (2016), ter aproximado os trabalhos historiográficos encontrados e, nesse sentido, pensar nas possibilidades de estudar a morte a partir do prisma do pensamento complexo.

Palavras-Chaves: Complexidade. Historiografia da morte. Produções acadêmicas.

INTRODUÇÃO

Sob o título "A morte sob a ótica da complexidade", a pesquisa – orientada pela professora Dra. Vanda Fortuna Serafim (UEM/DHI) – visou, como objetivo e metodologia, estudar e refletir sobre o tema da morte e seus elementos circundantes (leia-se aqui elementos como os mortos e o morrer, os ritos fúnebres, a arte cemiterial, testamentos, etc.) sob algumas premissas da Complexidade, notabilizada pelo intelectual francês Edgar Morin[2]. Esta, por sua vez, é uma abordagem epistemológica que visa compreender, ou melhor, lidar, não somente com uma nova forma de produção do saber, mas com a complexidade do real e da vida. Dito de outra maneira, diferentemente da formulação clássica do conhecimento científico, "sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem" (MORIN, 2005, p.5), este paradigma procura religar os saberes até então reduzidos, fragmentados, isolados, simplificados e disjuntos, no sentido de exercer um pensamento que saiba dialogar e negociar com o real. O que evoca, por

[1] Graduando em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual de Maringá, Campus Sede, Maringá-PR. E-mail de contato: 4ugust0rosin@gmail.com

[2] Para um entendimento mais apurado desta teoria epistemológica, sugere-se a leitura da coleção, totalizada em 6 volumes, da obra intitulada: *O Método*, de Edgar Morin.

exemplo, o uso de conceitos como o da “transdisciplinaridade”, isto é, a interligação dos diferentes saberes, inclusive científicos. (MORIN, 2005)

Morin (2005) reconhece, nesta epistemologia, três princípios: dialógico, hologramático e de recursividade. O primeiro, é a associação de conceitos antagônicos, por exemplo, ordem e desordem; certeza e incerteza; destruição e regeneração, como indissociáveis e indispensáveis para entender uma mesma realidade. O segundo, busca superar as compreensões que só veem o todo e não as partes (holismo) e os que só apreendem as partes (reducionismo). Assim, este princípio pressupõe ver as partes no todo e o todo nas partes. Já o último, estritamente ligado aos outros princípios, concebe que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores que os produz. Ou seja, é um princípio que rompe com a ideia linear de causa/efeito e estrutura/superestrutura, reivindicada pela ciência clássica. Destes princípios, promove-se a concepção de “metamorfose”, um conceito que busca destoar das noções, inclusive, de “progresso”, este também estabelecido pelo clássico conhecimento científico.

Entretanto, para tal intento acima citado, elencou-se o segundo objetivo da pesquisa: o mapeamento das produções historiográficas brasileiras que detinham como temática, em variadas intensidades e perspectivas, o tema da morte. Nesse caso, como se verá adiante, foram encontradas, identificadas e tabuladas exatas 96 publicações, entre dissertações de Mestrado e teses de doutoramento no campo da História, que em alguma medida debruçaram seus estudos sobre questões vinculadas à historiografia da morte, mortos e morrer, sob as mais diversificadas motivações e finalidades.

METODOLOGIA, DISCUSSÕES E RESULTADOS

Feita esta breve apresentação, é preciso destacar e explicar o que se entendeu pelo tema da morte ao longo da iniciação científica. Nesse sentido, nota-se de maneira significativa as informações provindas do livro *O homem e a morte*, de Edgar Morin (1997), na qual concebe, resumidamente, uma análise ampla da morte e de seus elementos circundantes, partindo de uma compreensão antropológica, sociológica e histórica da temática, sem deixar de levar em conta o teor biológico deste acontecimento. Dessa forma, o autor busca visualizar as reações, práticas e metamorfoses da concepção da morte e sua materialização em relação a três esferas que envolvem o ser humano e sua forma de se apropriar do mundo: a espécie, o indivíduo e a sociedade.

Morin (1997) defende que afirmação da individualidade é uma das primeiras realidades antropológicas. E isso se elabora significativamente em contraposição a perca de individualidade promovida pelo traumatismo da morte daquele que é próximo e individualizado. O que pode ser exemplificado, desde os primórdios da vida humana, por exemplo, a partir das sepulturas, rituais funerários e crenças na imortalidade.

Entre o momento da morte e a imortalidade, os funerais, segundo Morin (1997), são constituídos por um conjunto de práticas que, para além de mudar o estado do morto, institucionalizam um complexo de emoções, apresentam as perturbações profundas de uma determinada morte no entorno dos vivos. Seja sentimentos de dor, aflição ou até alegria, um cerne de perturbações especiais é evocado pela morte. E dentre as várias existentes, um toma destaque pelo seu caráter mais violento e que não é menos universal que os próprios funerais: o luto. Este revelado, sobretudo, por conta do horror da decomposição do cadáver:

> (...) A "impureza" do morto é a sua putrefação, e o tabu de impureza que atinge os parentes, obrigados a se vestir com um sinal distintivo ou a se esconder, é o próprio luto, isto é, o início da quarentena da família, na qual reina o contágio da morte. Portanto, as ondas mais fortes das perturbações que se manifestam através dos funerais e do luto têm como centro o cadáver em apodrecimento, esta coisa horrível, este "não sei que sem nome em nenhuma língua". (MORIN, 1997, p. 29)

Morin (1997) menciona que o horror a morte é universal na humanidade e que envolve diversas outras realidades, como o luto, o terror da decomposição e a dor dos funerais. Porém, todas, como visto, com um elemento comum: a perca de individualidade. Essa última explica, quando a individualidade do morto é percebida e reconhecida, a dor provocada pela morte. Dessa maneira, a proximidade e familiaridade revelam, de forma mais violenta uma dor que não é sentida sobre um morto anônimo e distante. A emoção, o sentimento ou a consciência da morte íntima, que traz consigo a horror da decomposição do semelhante e não da putrefação em si, é nada mais que o horror da perca dessa individualidade. Esta sendo entendida por Morin (1997), na sua obra, como "traumatismo da morte".

Este traumatismo da morte é tão essencial, concebe Morin (1997), quanto a consciência do fato da morte e da crença na imortalidade, e o considerando como toda a distância que separa e contrapõe o fato da morte e a afirmação da imortalidade. Portanto, a consciência da morte, o traumatismo da morte e crença na imortalidade – este triplo dado da morte – são dirigidos pela afirmação da individualidade de modo dialético e global. O primeiro modo, dialético, porque a consciência da morte causa o traumatismo da morte (e vice-versa),

que apela à imortalidade. E global por conta de que se manifestam associados na consciência arcaica.

Contudo, a afirmação da sociedade, de uma "consciência coletiva" em detrimento da afirmação da individualidade humana enfraquece, ou melhor, anula a morte e seu traumatismo. O estado de guerra, segundo Morin (1997), é o exemplo universal (como também contemporâneo) da dissolução da presença da morte. Provoca uma mutação geral da consciência de morte.

> A sociedade em guerra voltou a ser, e o proclama, como uma espécie biológica, o que se chamou por *raça*. Os militares e os fascistas, que militarizam a sociedade, gostam de falar das "virtudes da raça". O "general" encarna a generalização da cidade em relação à particularidade individual; esta passa para o segundo plano, quando se trata de uma luta de vida ou morte para o "phylum" social. Neste instante, fundido em seu grupo em perigo ou em marcha, o mártir, o combatente, o sitiado, o cruzado já não temem a morte. (MORIN, 1997, p. 41; grifos do autor)

Semelhante à sociedade, a espécie também anula os traumatismos provindos da morte. De acordo com Morin (1997), a consciência humana da morte representa a promoção da individualidade sobre a relação com a espécie, ou seja, supõe a emergência daquilo que era inconsciente no animal. Sobre este último, o autor não concebe que tenha ignorância da morte, mas sim uma adaptação à morte, o que, consequentemente, é uma adaptação à espécie. Ademais, coloca como claro que o animal "conhece" a morte enquanto esta for a morte-agressão, a morte-perigo, a morte-inimiga. Na qual os animais reagem, como a fuga ou a imobilização.

Após analisar e discorrer sobre estes polos da antropologia da morte, Morin (1997) coloca um questionamento fundamental e que, segundo o próprio autor, orienta a discussão de todo seu estudo: "o homem é adaptado ou inadaptado à morte?" (MORIN, 1997, p. 76). No sentido de refletir sobre a questão, compreende que o triplo dado antropológico (consciência do fato da morte, traumatismo e crença na imortalidade) evidencia uma inadaptação fundamental, demonstrada ao longo da história humana: a inadaptação à espécie. É esta relação elementar que libera a dialética de inadaptação-adaptação à morte. É a partir desta que há a propagação do paradoxo antropológico da morte, bem como das adaptações humanas diante da morte.

> A regressão da espécie e a promoção do indivíduo, que formam um só e mesmo fenômeno, provocaram o aparecimento do horror da morte, da inadaptação à morte. Ao mesmo tempo, elas deixaram o homem sem a

> proteção contra a morte real, arruinaram o tabu de proteção da espécie; no mesmo instante, liberaram o apetite de matar e o impulso do risco de morte. Portanto, é no sentido da inadaptação e das adaptações antropológicas que precisamos investigar a fundo, para saber se é o homem que é inadaptado à morte ou a morte que é inadaptada ao homem. (MORIN, 1997, p. 81-82)

Feita esta breve exposição da obra de Edgar, já se pode verificar qual foi o entendimento sobre o tema da morte nesta iniciação científica. De antemão, como visto, as discussões veiculadas pelo autor no livro se situam, especialmente, nos campos da antropologia, sociologia e até de conteúdos biológicos sobre a espécie humana. E é justamente por esta via que a metodologia do trabalho se respaldou na abordagem epistemológica da complexidade. A oportunidade de não apenas interligar saberes de diferentes áreas do conhecimento científico, e sim transcender a lógica sectária de disciplinas faz parte desta teoria do conhecimento. (MORIN, 2005)

Prosseguindo, dado o trabalho de se empreender, no campo historiográfico, uma pesquisa de iniciação científica na qual traça os primeiros caminhos para o entendimento sobre a morte, os mortos e/ou do morrer, foi imperativo efetuar um mapeamento das produções acadêmicas que já foram realizadas sobre o mesmo tema na área, uma necessária atividade para qualquer pesquisador. Nesse sentido, cumpriu-se uma identificação de dissertações e teses, estritamente produzidas nos variados programas de pós-graduação em História das universidades brasileiras, que debruçaram estudos diante do assunto.

A dinâmica de mapear os materiais encontrados seguiu este caminho: em primeiro lugar, foi procurado os trabalhos que detinham ligação com a temática da morte a partir de uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES[3] e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD[4], filtrando a pesquisa sob os termos “morte”, “morrer”, “mortos”, “ritos mortuários”, entre outros; e, num segundo momento, encontrado os respectivos materiais, estes foram passados para uma tabela, onde eram organizados e identificados. Na tabulação, os materiais foram registrados a partir dos seguintes critérios: nome do pesquisador(a); nome da instituição; tipo de trabalho (dissertação ou tese); título; descrição/resumo do trabalho; e as palavras-chave colocados pelo autor(a).

Portanto, o que se segue é uma síntese da análise dos materiais localizados e tabulados por meio da dinâmica acima citada, mas que não priorizou nenhuma hierarquia de

[3] O acesso ao Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES pode ser realizado por meio do link: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ . Acessado pela última vez no dia 17 de julho de 2021.
[4] O acesso a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD pode ser realizado por meio do link: https://bdtd.ibict.br/vufind/. Acessado pela última vez no dia 17 de julho de 2021.

seleção, denotando produções “boas” ou “ruins”. Pelo contrário, aquilo que se deteve interesse foi recolher a quantidade que fosse possível e disponível (e não total) sobre o tema da morte no campo da História, para se apontar algumas de suas questões, tendências e lacunas; além de objetivar cumprir os objetivos da iniciação científica.

Antes de apresentar as informações gerais dessa análise, cabe ressaltar, de maneira breve, a importância desse tipo de exercício essencial a qualquer pesquisa que busca garantir sua cientificidade e validade acadêmica, empreendimento que se assemelha, em certa medida, a uma revisão bibliográfica. Porém, cabe salientar que este exercício não se limita somente ao levantamento, tabulação e análise das produções encontradas (empreendimento que foi realizado nesta iniciação científica). Como informa José D’Assunção Barros (2011), a ideia de uma revisão bibliográfica é enunciar alguns dos “interlocutores” que o respectivo pesquisador travará o seu diálogo historiográfico e científico. Nas quais as obras escolhidas devem ser reduzidas às mais valiosas para a investigação de seu tema de pesquisa. É um exercício que visa confirmar o conhecimento do pesquisador sobre a bibliografia existente, e não somente dos materiais basilares e “clássicos”, mas também das publicações mais recentes e, provavelmente, mais atualizadas sobre os problemas elencados diante do tema, como, por exemplo, os artigos em periódicos especializados, dissertações e teses. Em última instância, a revisão bibliográfica é um exercício de crítica. Para os trabalhos aqui mapeados e analisados, destacamos o artigo de Barros pela seguinte afirmação:

> Para além dos periódicos, outro setor de ponta em termos de conhecimento atualizado é constituído pelas dissertações e teses. (...) Estabelecer um diálogo com as teses que se desenvolveram em torno de temáticas afins com o trabalho que se pretende realizar é não apenas trazer novos elementos para o debate, mas potencializar a intertextualidade que será construída pelo pesquisador com a incorporação das ‘revisões bibliográficas’ que cada uma destas teses já traz consigo. É, acima de tudo, inscrever o trabalho em uma teia que se atualiza ininterruptamente. (BARROS, 2011, p. 7)

Feita estas ponderações, agora segue à frente as características gerais do mapeamento. Quantitativamente, dos 96 trabalhos encontrados, 65 são dissertações e 31 são teses de Doutorado. Ademais, 01 produção foi defendida em 1988 (a dissertação de Henry R. Bellomo, sob o título *A Estatuária Funerária em Porto Alegre (1900-1950)*, na PUC-RS); 03 foram defendidas entre os anos de 1991 e 2000; 27 entre 2001 e 2010; e 65 entre os anos de 2011 e 2020. Sendo as instituições universitárias com maior número de trabalhos: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com 10 dos materiais

identificados; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 06 produções; e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade de São Paulo (USP), com 05 trabalhos mapeados.

Qualitativamente, a maior parte das dissertações e teses tomaram como objeto de suas pesquisas as atitudes e práticas diante da morte (50 dos trabalhos); rituais fúnebres, funerários ou mortuários (38); e os cemitérios (com 18 produções) como objetos mais privilegiados de suas pesquisas (lembrando que muitos dos encontrados tinham mais de um objeto de pesquisa destes mencionados). Nesse sentido, é preciso destacar que os trabalhos tomaram vias diversificadas para estes objetos. Adiante, segue-se alguns destes materiais encontrados.

Sobre o primeiro, as atitudes e práticas diante da morte, muitas pesquisas que se debruçaram sobre o objeto se respaldaram nos espaços cemiteriais, suas documentações e afins como fontes históricas de seus empreendimentos, sendo estes analisados pelos seus pesquisadores. Podemos destacar inúmeros e diferente trabalhos que evidenciam isso: como a dissertação de Ana Paula Flores, defendida em 2006 na PUC-RS, *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*; a dissertação de Breno Matrangolo, defendido em 2013 na USP, com o título *Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)*. Além da destacável tese de Marcelina de Almeida, defendida em 2007 na UFMG, *MORTE, CULTURA, MEMÓRIA – MULTIPLAS INTERSEÇÕES: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*; e da tese que se tornou livro, da professora Claudia Rodrigues (UNIRIO), *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, defendida em 2002 na UFF.

Outro importante tipo de fonte histórica analisada pelos mais diversos trabalhos mapeados na iniciação científica foram os textos literários e, em especial, os "manuais de bem morrer" e seus derivados (orações, sermões, outros textos e livros). No Brasil, diversos trabalhos encontrados optaram pelo estudo a partir da análise desse tipo de fonte: a dissertação de Luciana Sobral**,** *A morte como escola: a presença da pedagogia de bem morrer na Cidade da Bahia (ca. 1640-1759)*, defendida em 2014 na UFBA; além da tese defendida por Leonara Delfino, em 2015 na UFJF, *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidade e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850)*.

Um objeto de estudo também identificado nas produções historiográficas sobre a

morte mapeadas foram os chamados “milagreiros”, “santos populares” ou, em outros termos, mortos que se tornaram alvo de devoção popular, geralmente nos espaços cemiterais. Os pesquisadores tomaram as mais diversas perspectivas para a reflexão destes casos, desde das fontes selecionadas (túmulos, relatos orais, jornais, revistas e outras produções) como das próprias pretensões dos trabalhos, alguns voltados para o estudo da memória popular, outros voltados ao processo de construção destas devoções. Pode-se citar vários trabalhos com este recorte de objeto: a dissertação de Ana Cristina de Sales, defendida na UFCG em 2014, *Narrativas sobre o culto à cruz da baixa rasa em Crato/CE: sensibilidades mimetizadas*; a dissertação de Cícero Joaquim dos Santos, defendida em 2009 na UECE, *No Entremeio dos Mundos: Tessituras da Morte da Rufina na Tradicao Oral*; a tese de Julia Massuscheti Tomasi, defendida em 2017 na UFSC, *“Santinhas do Itacorubi”: história e memória das milagreiras do cemitério São Francisco de Assis/Itacorubi, Florianópolis (1980-2016)*; a tese de Lourival A. Júnior, *Da barraca ao túmulo: Cigana Sebinca Christo e as contruções de uma devoção*, defendida na UFPR em 2008; a tese de Michelle F. Maia, defendida em 2015 na UFGD, *“Milagreiros”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978)*.

Como visto, os estudos historiográficos da morte encontrados, em boa parte, voltaram-se aos espaços cemiteriais, sua cultura material, ritos funerários e outros derivados. Destes trabalhos, destacam-se inúmeros que se debruçaram, nestes locais e materiais cemiteriais tonados objetos de pesquisa, sobre os processos de secularização da morte e dos mortos. São muitos trabalhos que objetivaram estudar esse processo ou, pelo menos, destacando a sua presença para reflexão de suas pesquisas: a dissertação defendia em 2005, na PUC-SP, por Érika da Silva, *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)*. Além da tese de Alcineia R. dos Santos, defendida em 2011 na UFG, de título *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*.

Portanto, desta exposição, permitiu-se ressaltar, mesmo que minimamente, algumas questões relativas à importância do levantamento das produções historiográficas encontradas, além de explicar a dinâmica na qual foi empreendida para este mapeamento, como também das análises que convergiram os diferentes materiais. Seja pelas suas posturas metodológicas, seus objetos de pesquisa e interdisciplinaridades. Agora, abre-se espaço para apresentar uma discussão junto as leituras e posturas tomadas na iniciação científica, em primeiro, demarcando algumas considerações sobre quais são estas ditas “obras clássicas” da historiografia da morte e porque, no entendimento desta iniciação científica, elas assumem um papel importante para

as produções acadêmicas que foram encontradas e tabuladas; já num segundo momento, caminhando para finalização, apontar algumas questões do que foi analisado para refletir sobre a viabilidade, mesmo que mínima, de estudar a morte sob a ótica da complexidade.

De acordo com Maristela Carneiro (2011), no artigo intitulado *Dos primeiros estudos franceses às redes: breve percurso histórico das pesquisas sobre a morte e os cemitérios*, publicado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, a historiografia da morte é beneficiada especialmente a partir da década de 1950, quando se começou um crescente desenvolvimento da demografia e do estudo das mentalidades, ambas componentes da emergente Nova História. No caso dos estudos demográficos, os primeiros "historiadores da morte" evidenciaram o papel da mortalidade nas estruturas demográficas antigas, anteriores ao século XIX, como por exemplo: dos franceses Pierre Goubert, em 1952, no artigo *Em Beauvaisis, problemas demográficos do século XVII* e Louis Henry, em 1956, em seu manual *Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*.

Já em relação ao estudo das mentalidades, numa perspectiva estruturalista, a história da morte também causou interesse. Estes estudos foram grandes contribuidores, nos finais da década de 1960, em ressaltar as diferentes realidades culturais ou mentais históricas com uma redefinição dos conceitos de fonte e material documental para as pesquisas. Colocando uma historiografia que valoriza a memória, comportamentos, sensibilidades e o destaque das atitudes coletivas. Assim, neste viés, Carneiro (2011) aponta que, em meados da década de 1970, os testamentos e a iconografia passaram a ser considerados como fontes para o estudo da morte, no sentido de entender as atitudes coletivas diante da mesma. Dos autores notáveis, cabe mencionar os trabalhos do historiador francês Michel Vovelle: *Piété baroque et déchristianisation em Provence au XVIII siécle*, de 1973, na qual, em seu subtítulo, apresenta o objetivo e as fontes de pesquisa utilizadas ("As atitudes diante da morte segundo as cláusulas dos testamentos"). Como também da obra *Mourir autrefois: Attitudes colletives devant la mort aux XVII et XVIII siècles*, publicada em 1974 (CARNEIRO, 2011).

Além destes, outro historiador francês, segundo Carneiro (2011), concedeu imensa notabilidade para a historiografia da morte: Philippe Ariès. Este, por sua vez, esteve dedicado ao tema da morte por cerca de 15 anos até a publicação, 1975, de seu livro *História da morte no Ocidente*, na qual reuniu uma parte sobre "As atitudes diante da morte" e outra para os seus "Itinerários", produzidos entre os anos de 1966 a 1975; além de sua obra mais robusta, composta por dois volumes, intitulada *O homem diante da morte*, publicada em 1977.

Deste último autor, para a iniciação científica, é preciso ater algumas considerações.

Em *História da morte no Ocidente*, Ariès busca analisar as ideias, atitudes e práticas diante da morte ao longo de uma temporalidade plurissecular no Ocidente, estudando em especial os casos da França e dos Estados Unidos. Nesse sentido, com o apoio sobre variados documentos (cemitérios, túmulos, testamentos, textos literários, iconografias, entre outros), o historiador francês "tenta decifrar, para além da vontade dos escritores e artistas, a expressão inconsciente de uma sensibilidade coletiva" (ARIÈS, 2017, p.23).

Partindo os seus estudos do período da Alta Idade Média e concebendo que as transformações da atitude humana diante da morte foram demasiadamente lentas, o autor compreende que a morte nas antigas sociedades, principalmente as medievais, tratavam a morte e o moribundo, de um lado, com muita proximidade e familiaridade e, por outro lado, de forma atenuada e indiferente (chamando de morte domada). E que, contudo, ao longo do tempo, a morte torna-se cada vez mais distante deste seio familiar e passa a amedrontar os indivíduos (morte interdita). Assim, Airès identifica as mudanças na atuação humana diante da morte, sempre relacionando com a mentalidade da sociedade ou de certos grupos no seu período (ARIÈS, 2017).

Apesar do uso de uma série heteróclita de fontes históricas, boa parte das análises de Airès em sua obra supracitada provém dos textos eclesiásticos e derivados literários produzidos ao longo da Baixa Idade Média e início da Idade Moderna e que tratavam das diretrizes e compromissos do indivíduo para a garantia de sua "boa morte", segundo as tradições cristãs. Nesse caso, cabe destacar a obra intitulada *Ars Moriendi*, na qual Ariès retira algumas de suas considerações sobre as atitudes coletivas diante da morte, especialmente de suas iconografias, nas quais reúnem, segundo o autor, a segurança dos ritos coletivos diante da morte e as emergentes inquietudes da interrogação pessoal do moribundo, em seu quarto. (ARIÈS, 2017)

Entretanto, como também adverte Maristela Carneiro (2011), Airès tornou-se frequentemente criticado por outros historiadores e pesquisadores sobre o tema da morte. Destas, é possível citar as observações do sociólogo alemão Norbert Elias (2001), também pesquisador do tema, em sua obra *A solidão dos moribundos*. Neste material, Elias procura estudar a morte e o moribundo na contemporaneidade a partir das características do atual estágio civilizatório que as sociedades humanas se encontram. Assim, Elias (2001) visualiza que, no atual estágio civilizatório, a morte se torna cada vez mais um problema dos vivos, ao passo que estes buscam se distanciar do assunto ou daquele que morre. Dessa forma, segundo o sociólogo, os seres humanos das sociedades mais avançadas têm dificuldades de se identificar com o

moribundo que, com o processo de envelhecimento e esfriamento das suas relações afetivas, tornam-se crescentemente isolados, sozinhos e separados das comunidades mais jovens. O que é afunilado com o processo de hospitalização do moribundo, local que, de acordo com Elias, se torna o novo local dos últimos momentos da vida.

Na crítica sobre Airès, Elias (2001) salienta a abundante documentação e a leitura instigante de suas obras, como a *História da morte no Ocidente*, no sentido de explicar as mudanças coletivas comportamentais diante da morte, porém:

> (...) Airès entende a história puramente como descrição. Acumula imagens e mais imagens e assim, em amplas pinceladas, mostra a mudança total. Isso é bom e estimulante, mas não explica nada. A seleção de fatos de Ariès se baseia numa opinião preconcebida. Ele tenta transmitir sua suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas. É só no presente, postula, que as coisas são diferentes. Num espírito romântico, Ariès olha com desconfiança para o presente inglório em nome de um passado melhor. Embora seu livro seja rico em evidências históricas, sua seleção e interpretação dessas evidências deve ser examinada com muito cuidado. (ELIAS, 2001, p. 19)

Após dedicar esta breve atenção as produções de Airès, bem como das críticas recebidas, um outro historiador merece destaque para entender a amplitude de obras importantes que se relacionam com a temática da morte, mas agora no Brasil. João José Reis é um notável pesquisador soteropolitano de referência nacional e internacional em relação aos processos de escravidão durante o século XIX, especialmente no Brasil. Entretanto, uma de suas obras que ganhou imensa notabilidade no cenário nacional e, inclusive, recebeu o prêmio Jabuti em 1992 na categoria “Estudos Literários”, na verdade, tratou-se de um assunto específico do tema da morte, o livro *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX*.

Com pretensões de tentar explicar as motivações e características de um acontecimento particular na primeira metade oitocentista soteropolitana, conhecida como revolta da Cemiterada, ocorrida em 1836, o Reis (1991) elabora uma narrativa que abarca toda a geografia humana, econômica, social, política e intelectual da Bahia. Isto é, a Cemiterada foi uma manifestação convocada pelas irmandades e ordens terceiras religiosas de Salvador em protesto a construção de um cemitério fora dos pontos centrais da cidade, na qual passaria a monopolizar os sepultamentos e tratamentos dos cadáveres, o que ia de encontro com a relevância religiosa, econômica e social destes trabalhos para as instituições eclesiásticas e leigas. Dessa maneira, Reis (1991) elabora uma longa pesquisa com o uso de variados tipos

documentais, desde testemunhos, atas das irmandades, espaços eclesiásticos, iconografias, discursos políticos, medidas jurídicas, trabalhos científicos, e outros, no sentido de mapear as origens das insatisfações que culminaram na respectiva revolta.

O autor, devido a imensidade de materiais documentais colocados à prova de reflexão e interpretação historiográfica, direciona o estudo dos ritos fúnebres da Bahia do século XIX, bem como suas transformações, junto a uma série de elementos conjunturais e históricos do mesmo período. Destaca no livro: o cenário geral que permitiu a produção da revoltar popular; o funcionamento das irmandades religiosas junto as ideias e rituais diante da morte, a fim de garantir a boa passagem dos mortos; a economia que a morte propiciava a estas organizações; as relações dos ritos fúnebres e o espaço sagrado; os conflitos intelectuais de medicalização/higienização da morte; processos jurídicos efetuados na sociedade do período; entre outros (REIS, 1991).

Com estas considerações sobre de alguns dos principais pesquisadores e suas obras ditas "clássicas" sobre a temática da morte, pode-se retornar a questão: porque, no entendimento desta iniciação científica, elas assumem um papel importante para as produções acadêmicas mapeadas? Essa questão, no próprio exercício de apresentação dos autores supracitadas, já poderia ser autoexplicativa, porém, cabe ressaltar algumas pontuações surgidas ao longo da pesquisa.

De uma maneira geral, a partir do concebimento das leituras desses autores e do mapeamento das produções historiográficas, foi possível perceber que a utilização dos primeiros pelos últimos não se reduzia apenas às referências obrigatórias de seus trabalhos. Durante a pesquisa de iniciação científica, percebeu-se que parte significativa daquilo que foi tabulado utilizava como aporte conceitual-teórico, metodológico e, fundamentalmente, da seleção das fontes históricas analisadas, aquelas do mesmo tipo recolhidas pelos historiadores mencionados. Entretanto, independentemente se era utilizado as obras como referências ou não de seus trabalhos, o que foi notado ao longo da iniciação científica foi, como já dito, a utilização dos mesmos tipos de fontes históricas notabilizadas por estes historiadores. Testamentos, obras literárias sobre "bem morrer", documentos de instituições civis ou religiosas (seja dos cemitérios, irmandades religiosas, instâncias jurídicas, entre outras), iconografias, arte tumular, espaço cemiterial e assim por diante. Este é um resultado importante para se entender os materiais mapeados. Verificar o alcance e permanência destas obras, permite apontar a viabilidade de suas perspectivas metodológicas e documentais, mesmo nos dias atuais.

Ademais, tal é o alcance destes tipos documentais nas produções acadêmicas no

campo da História no Brasil que, no caso dos estudos sobre cemitérios, foi fundada, em 2004, a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – ABEC, na qual atua pesquisadores(as) cemiteriais no Brasil, como as historiadoras Alcineia Rodrigues dos Santos, Elisiana Trilha Castro, Marcelina de Almeida e Maristela Carneiro. No site da associação[5] está disponibilizado inúmeros anais de congressos e encontros elaborados pela mesma, o que possibilita conhecer um grande número de artigos e textos que culminaram, em significativa parte, vários trabalhos mapeados na iniciação científica.

Do exposto, diante estas considerações feitas sobre as obras importantes da historiografia da morte e que, em certas questões, puderam ser relacionadas com as variadas produções acadêmicas mapeadas, foi possível validar o objetivo específico da iniciação científica aqui relatada. O que também permite desenrolar algumas questões significativas para perceber a viabilidade de estudar a morte sob a ótica da complexidade.

Primeiramente, nenhum dos materiais tabulados ou dos historiadores citados e discutidos, colocam sob suas análises, perspectivas analíticas, trabalhos e reflexões, os elementos pertencentes ao paradigma da Complexidade, sobretudo das discussões de Edgar Morin sobre esse tema. Contudo, alguns (cerca de 07 teses de doutorado, por exemplo) referenciaram as questões deste mesmo autor sobre morte, utilizando a mesma obra aqui abordada, *O homem e a morte*. E é exatamente por esta obra que podemos discutir nosso objetivo geral.

O pesquisador Cláudio Roberto Fontana Bastos, em sua tese de Doutorado em Ciências Sociais, defendido em 2016 na PUC-SP, intitulada *A morte e o homem: circum-navegações nas incertezas da vida*, tem como objetivo pensar exatamente sobre a dialogia morte-vida sob o prisma da complexidade, analisando de uma maneira geral a obra de Edgar Morin e aproximando com o pensamento de Paul Ricouer. Assim, para Bastos (2016), a obra *O homem e a morte*, de Morin, constitui um eixo hermenêutico para o entendimento desta questão, sobretudo porque nesta obra se percebe que, em sua dialogia "vida-morte", já se delineia algumas precursões do pensamento complexo reivindicado pelo estudioso francês, em suas obras posteriores.

Segundo o pesquisador, e como também foi percebido na explicação de parte desta sua obra feita anteriormente, Morin desenvolve uma discussão aberta sobre o tema da morte, ligando os conhecimentos vindos da antropologia, história, sociologia, filosofia, biologia e até

[5] O acesso ao site da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – ABEC, pode ser realizada pelo link: https://www.estudoscemiteriais.com.br/abec. Acessado pela última vez dia 18 de julho de 2021.

medicina. Especialmente por não se deter à redução analítica de somente uma disciplina, perpassou por vários campos para entender a construção da consciência humana da morte e seu devir histórico. O que já se aproxima da transdisciplinaridade reivindicada no pensamento complexo. Menciona Bastos (2016):

> Percebe-se, desde *O homem e a morte*, a presença da visão em busca de uma religação dos saberes. A pesquisa não fica restrita ao campo da tanatologia nem perde sua raiz antropológica e sua condição reflexiva. Mantêm-se as dimensões antropológicas reflexivas, bem como o interesse pela história; (...) (BASTOS, 2016, p. 24)

Desta questão, aproximando com as produções acadêmicas mapeadas, muitas destas se permitiram debruçar seus estudos religando os diferentes campos do saber científico para o entendimento de uma determinada realidade história. Informações vindas da Antropologia e Arquelogia (bem como da Psicologia, Sociologia e Medicina – se for lembrar das obras "clássicas" mencionadas) detiveram importante relevância para os trabalhos encontrados sobre o tema da morte no campo da História. Portanto, isto se torna um dos resultados viáveis para estudar a morte sob a complexidade, ou seja, os saberes ligados e interrelacionados, como abarca a complexidade, também foram ou podem ser elaborados quando se parte da História.

Além disso, Morin (1997) afirma a necessidade de integrar e visualizar a morte no âmago da própria vida, ou seja, reconhecer que a mudança ou mutação está na origem, de forma indistinta, tanto da vida como da morte. E segundo Bastos (2016), nesta obra de Morin há uma ideia seminal de metamorfose, outro elemento importante do pensamento complexo. Sobre isso cita uma parte em que esta questão aparece na obra:

> O que resta é a esperança de modificar a morte, isto é prolongar a vida individual. Para lutar contra a morte, a vida necessita de integrá-la no mais íntimo de si mesmo. O que é válido no passado não poderia deixar de o ser quanto ao futuro. E aqui acena ao conceito de metamorfose: "A dupla morte – vida é indissociável e a única amortalidade possível reside na mudança, isto é, na mutação, na metamorfose". (BASTOS, 2016, p. 33)

No caso da "metamorfose", aproximando novamente com as produções acadêmicas mapeadas, este conceito não estava presente em nenhum dos trabalhos, pelo menos enquanto termo referente ao pensamento complexo. Entretanto, ao refletir sobre os temas e objetivos destas produções, percebe-se que diversas delas tratavam sobre as modificações ou até

mutações, por exemplo, sobre as atitudes humanas diante da morte, as mudanças ocorridas por meio da secularização da morte, as alterações provocadas pelos novos discursos médicos, e etc. O que, para o entendimento da iniciação científica, detém uma certa semelhança com a abordagem epistemológica da complexidade. Validando novamente, acredita-se aqui, as possibilidades de pensar o estudo da morte sob a ótica da complexidade.

CONCLUSÃO

Como conclusão, espera-se que tenha sido possível destacar o percurso, metodologias e resultados obtidos na realização da iniciação científica. É esperado que, com os entendimentos sobre o tema da morte a partir das compreensões de Edgar Morin; das análises sintetizadas das 96 produções acadêmicas mapeadas; e da discussão arrolada junto aos ditos "historiadores da morte", suas obras principais e as considerações vindas do paradigma da Complexidade; permita-se conceber melhor o lugar que os historiadores assumem ao pesquisar sobre este recorte temático, bem como de visualizar as lacunas possíveis de serem preenchidas nas futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BARROS, José D´Assunção. **A Revisão Bibliográfica:** Dimensão fundamental para o planejamento da Pesquisa. Revista Instrumento, UFJF, Vol. 13, nº 1, 2011.

BASTOS, Cláudio R. F. **A morte e o homem:** circum-navegações nas incertezas da vida. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica - SP, São Paulo, 2016.

CARNEIRO, Maristela. **Dos primeiros estudos franceses às redes**: breve percurso histórico das pesquisas sobre a morte e os cemitérios – o caso das associações de pesquisa. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. O homem e a morte. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

REIS, João J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.